



**ACÓRDÃO Nº 710/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11370/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Hospital e Pronto Socorro da Criança – ZONA SUL
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** Uildéia Galvão da Silva (Ordenador de Despesa) e Aida Cristina Tapajós Andrade (Ordenador de Despesa).
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3406/2018-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Hospital e Pronto Socorro da Criança – ZONA SUL. Exercício de 2016.

*Regularidade. Regularidade com ressalvas.  
Recomendação. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas da **Sra. Aida Cristina Tapajós Andrade**, à época Diretora Geral do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Sul, exercício de 2016, no período de 01/12 a 31/12/2016, nos termos do art. 22, da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas de responsabilidade da **Sra. Uildéia Galvão da Silva**, à época Diretora Geral do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Sul, exercício de 2016, no período de 01/01 a 31/11/2016, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;
- 10.3. **Recomendar** a atual gestão do **Hospital e Pronto Socorro da Criança – ZONA SUL** que:
  - a) Execute um planejamento prévio, ao término de cada exercício, para as suas aquisições de material hospitalar e outros de extrema necessidade ao funcionamento das atividades da área meio e fim da



**ACÓRDÃO Nº 710/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

referida Casa de Saúde, de modo a evitar a realização de despesas que possam caracterizar fracionamento, evitando, desta forma, penalidades impostas por este Tribunal;

b) Envide esforços junto à Controladoria-Geral do Estado para que haja atuação efetiva de Controle Interno no âmbito do Hospital e Pronto Socorro da Criança – Zona Sul;

c) O Demonstrativo de Créditos Autorizados na Lei Orçamentária e créditos adicionais abertos em cada exercício contenha as informações essenciais, notadamente os números dos diários oficiais que publicaram os atos autorizativos, em observância ao art. 2º, V, da Resolução 05/1990.

**10.4. Recomendar** à Controladoria Geral do Estado - CGE que envide esforços para dar cumprimento aos seus objetivos institucionais prescritos na Lei Delegada nº 71, de 18/05/2007, bem como emita Parecer, Relatório e Certificado de Auditoria, conforme exigência contida no inciso III do art. 10 da Lei nº 2423/96-TCE/AM;

**10.5. Determinar** à Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

**11- Ata:** 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 16 de Outubro de 2018

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral